

REVISTA 
PORTUGUESA
de HISTÓRIA
tomo XXVI 



 **COIMBRA 1991**
FACULDADE de LETRAS 
da UNIVERSIDADE de COIMBRA
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

A ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL: UMA NOVA VERTENTE DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMONIO CULTURAL*

A noção de *património cultural* não é nova. Contudo, dada a revisão a que tem estado sujeita nas últimas décadas, dedicar-lhe-ei alguma atenção, para sublinhar o que deve entender-se, aqui e agora, por património cultural. Por sua vez, a expressão *arqueologia industrial*, não sendo embora muito recente, ainda se encontra numa fase de pouca divulgação. Por isso, tentarei dar algumas achegas, com o intuito de a tornar mais conhecida. No entanto, para além desses aspectos de índole essencialmente teórica — dada a natureza e os objectivos deste nosso Seminário, sobre o *Património e o Desenvolvimento Regional*—, analisarei, de modo especial, as potencialidades da arqueologia industrial, na salvaguarda e revalorização do dito património cultural.

1. Património cultural e suas diversas vertentes

Antes de prosseguir, poder-se-á perguntar: que se entende—ou

* O trabalho que ora se publica, devidamente anotado, foi inicialmente apresentado ao Seminário sobre *Património e Desenvolvimento Regional*, promovido pelo Centro de Estudos de Formação Autárquica, CEFA e pela Delegação Regional Centro da Secretaria de Estado da Cultura, o qual teve lugar em Coimbra, de 19 a 21 de Abril de 1990.

que deve entender-se — por *património cultural*

Podem referenciar-se duas concepções de património cultural, aliás nem sempre coincidentes. Uma é a que se detecta—não só de forma explícita como implícita—na legislação, nomeadamente na Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, dedicada ao *património cultural português*. Consta do art. 1.º da referida Lei: «O património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo» (1). Como se deduz pela leitura do mencionado artigo, trata-se de uma noção bastante lata de património cultural, uma vez que abrange os «bens materiais e imateriais», de «reconhecido valor próprio» e que remete, em última análise, para a «identidade da cultura portuguesa através do tempo». Se é certo que, no texto citado, não se caracteriza qual o tipo de *cultura* a que o mesmo se refere, não é menos verdade que, hoje em dia, se aceita de forma pacífica a existência de vários níveis de cultura - erudita, popular, operária, de empresa, etc. —, bem como diversas vertentes da mesma, entre as quais se pode referir a chamada *cultura material*. Esta, como é sabido, engloba grande parte da ambiência e dos objectos que, quotidianamente, nos rodeiam e/ou manuseamos.

Porém, uma outra concepção de património cultural está, infelizmente, muito mais divulgada. Refiro-me, concretamente, àquela que identifica património cultural com certa antiguidade e, bem assim, com eventos e/ou vestígios de determinada índole, nomeadamente política, militar, diplomática, artística e religiosa. Daí que em programas escolares, guias e roteiros turísticos ou mesmo em inventários do património se privilegiam, por vezes de forma exclusiva, antigas fortalezas e templos, ruínas e pontes romanas ou árabes e campos de antigas batalhas. Obviamente que essa noção enviesada de património cultural, além de se repercutir nos referidos domínios de estudo e divulgação, repercute-se igualmente —

o que, aliás, é mais grave — nos domínios da preservação e da reutilização que, de modo geral, não contemplam diversos monumentos importantes, por estes não se enquadrarem dentro dos parâmetros acima apontados.

Urge, pois, rever — ou aprofundar a revisão — do conceito de património cultural. Assim, há que proclamar, bem alto, que deste fazem parte, aliás sem qualquer favor e de pleno direito, outras vertentes, quer de tempos mais próximos e mesmo actuais, quer relativas às mais diversas actividades humanas, sejam elas artísticas, científicas, tecnológicas ou referentes ao trabalho, aos costumes ou ao lazer. Assim, o património cultural — mercê de uma nova e mais actualizada concepção — ver-se-á naturalmente ampliado, integrando, além dos tradicionais e preciosos monumentos clássicos e históricos, outros mais recentes e eventualmente menos carregados de «nobreza», mas nem por isso menos significativos, no que respeita à nossa identidade cultural. Concretizando, aos monumentos de tipo clássico (pelourinhos, igrejas, pontes romanas ou castelos), que constituem uma vasta parcela do património cultural, juntar-se-ão outros, a saber: antigos moinhos, oficinas ou fábricas, utensílios ou maqumismos, já obsoletos, material de transporte e comunicações, estruturas de construção civil, electrodomésticos de diferentes períodos, etc. De facto, também são característicos de certas épocas e mentalidades e, conseqüentemente, objectos de cultura ou, se se preferir, componentes imprescindíveis e integrantes do património cultural.

2. Arqueologia industrial: de que se trata?

O termo «arqueologia» tem uma longa história. Apesar de não ser aqui o lugar apropriado—nem eu a pessoa indicada—para dar conta dessa história, parece-me pertinente referir alguns aspectos, relacionados com o tema que me propus abordar ⁽²⁾. Na Grécia

⁽²⁾ Ver E. Ripoll Perelló, «Notas para una historia de la arqueología», *A Distancia*.

Antiga, *arqueologia* e *história* identificavam-se, como sucede, por exemplo, na obra de Tucídides (3). Com o Renascimento — em virtude do alto apreço que este movimento nutria pela Antiguidade Clássica —, a *arqueologia* passa a identificar-se sobretudo com a *história antiga*, particularmente a do mundo greco-romano. Só no século XVII o conceito de arqueologia principiará a adquirir o significado que será consagrado pelos tempos posteriores, isto é, o de «conhecimento dos vestígios materiais», começando então um período em que aquela irá adquirir uma relativa e progressiva independência da história (4).

Desde a centúria de Seiscentos têm-se destacado as seguintes tendências, na evolução da arqueologia. Em primeiro lugar, um considerável desenvolvimento desta, no que respeita à antiguidade, oriental e clássica, particularmente desde meados do século XIX. Em segundo lugar, a relevância atribuída ao estudo da *cultura material*, uma das linhas de força da chamada *nova arqueologia* (5). Por último, a extensão da pesquisa arqueológica às épocas medieval, moderna e contemporânea. Para essa evolução contribuíram não só factores intrínsecos à própria disciplina, como também factores extrínsecos, designadamente a escola dos e outros movimentos culturais do nosso século. Ainda que com algum exagero—por se ter restringido demasiado o leque das influências —, já se afirmou, especialmente em relação ao caso francês: «Com a revolução de maio de 1968 reafirmaram-se ou nasceram novas áreas de investigação arqueológica: a medieval, a industrial e, inclusive, a do futuro» (6). Assim, por meados do século XX, além de se ter alcançado a «verdadeira noção do que é a arqueologia» Q, também se começaram a desenvolver novos ramos, perdendo

Universidad Nacional de Educación a Distancia, Junho/89, secção intitulada «La arqueología hoy», pp. 4-11 (agradeço à Dr.- Maria Regina Anacleto a indicação deste número da publicação citada).

(3) Juan José Sayas Abengochea, «Arqueología e historia antigua», *idem*, p. 18.

(4) J. José Sayas Abengochea, *ibidem*.

(5) L. R. Binford é um dos corifeus da nova arqueologia.

(6) Gisela Ripoll, «Historia del arte y arqueología», *A Distancia*, p. 25.

C) G. Ripoll, *idem*, pp. 22-23.

assim a arqueologia clássica o papel de quase exclusividade que mantivera durante séculos. Surge-nos, deste modo, a *arqueologia industrial*, também designada *arqueologia do mundo moderno e contemporâneo* (8).

Mas, afinal, que é a *arqueologia* ? De forma simplificada, «por arqueologia industrial pode entender-se o estudo das transformações técnicas e dos materiais [e equipamentos] relativos à industrialização» (9). Mas para que o referido estudo se torne viável, é imprescindível inventariar, registar, preservar e, eventualmente, reutilizar os *monumentos industriais*. Para o facto já o nosso Francisco de Sousa Viterbo - o pai da expressão «arqueologia industrial» - chamava a atenção, em finais do século passado: «Antes que tudo se perca irremediavelmente, salvemos pela descrição e pela estampa o que ainda nos resta, dilacerado e partido, dos antigos documentos da laboriosidade portuguesa». E continua, um pouco adiante: «Não é só nos descantes, na linguagem, nas tradições, nos symbolos, nas parlendas, no viver íntimo, nos costumes, que o *floklorismo* [sic] poderá fazer uma colheita preciosa. A vida material, a vida do trabalho, anda intimamente ligada à vida psychologica, e uma e outra deveriam ser surpreendidas ao mesmo tempo no seu conjunto harmonioso». Continuando, Sousa Viterbo faz uma observação que ainda continua, em grandeparte, actualizada: «Exceptuando os descobrimentos marítimos, em que parece haver-se concentrado toda a sua actividade, no demais não me recordo de nenhum invento português que ficasse marcado assignaladamente nos annaes da sciencia e da industria. No entanto, esta falta deve attribuir-se também em grande parte ao nosso descuido proverbial, que deixa no esquecimento ou que não regista opportunamente qualquer demonstração, mais ou menos notável, da nossa aptidão scientifica ou do nosso engenho industrial e artistico» (10).

(8) Xavier Barra i Altet, «Arqueología industrial o arqueologia del mundo moderno y contemporáneo», *idem*, pp. 36-42.

(9) X. Barra i Altet, *idem*, p. 37.

(10) Francisco de Sousa Viterbo, «Arqueologia industrial portuguesa. Os moinhos»,

O alerta de Sousa Viterbo não foi ouvido, pelo que, até meados do nosso século, o património industrial pouca atenção despertou. Contudo, a situação viria a alterar-se no pós-II Guerra Mundial, através de um movimento então desencadeado na Grã-Bretanha e que, pouco depois, seria igualmente acarinhado noutros países. A delapidação de número considerável de monumentos industriais e a complexidade inerente ao seu estudo e preservação induziram o desenvolvimento dessa novel disciplina, que é a *arqueologia industrial*, cujo objecto é, precisamente, o *património industrial*.

O âmbito da dita disciplina tem vindo a alargar-se, quer do ponto de vista cronológico — abrangendo hoje um largo período, desde, pelo menos, a Idade Média até à actualidade —, quer do ponto de vista temático. Com efeito, de uma perspectiva inicial demasiado restrita — que contemplava, quase exclusivamente, os aspectos tecnológicos —, passou a incluir vectores estéticos, humanos e sociais. A propósito, já foi sublinhado: «As últimas tendências da arqueologia industrial são tanto de tipo histórico-científico como de tipo antropológico: quer dizer, as fábricas e as minas devem ser consideradas como lugares de trabalho e não só como objectos arquitectónicos ou equipamentos técnicos; as pontes e os faróis devem ser vistos como componentes significativos da rede de transportes e de organização das comunicações e não unicamente como obras de engenharia e de desenho». E, a concluir, afirma-se: «Só focando a atenção sobre os vestígios físicos e desenvolvendo apropriadas aproximações metodológicas e correctas técnicas de investigação poderá verdadeiramente a arqueologia industrial ampliar a possibilidade do conhecimento do passado e aumentar a compreensão da experiência humana nos seus mais diversos aspectos»⁽¹⁾.

O Archeologo Português, vol. II, n.º 8 e 9, 1986 (reedição da Muralha — Associação de Guimarães para a Defesa do Património, 1986, pp. 6 e 8).

⁽¹⁾ Dianne Newell, «Arqueologia industrial y ciencias humanas», *Débats*, n.º 13, Setembro/85, p.41 (tradução minha).

3. A valorização e vivificação do património cultural através da arqueologia industrial

A valorização e vivificação do património cultural exigem que se actué em várias frentes e, bem assim, a colaboração de diversos organismos e entidades. O âmbito e a importância de determinadas medidas aconselham a intervenção de organismos estatais (Instituto Português do Património Cultural, Ministérios, etc.), enquanto outras se revestem mais de carácter local ou regional, devendo, neste caso, as autarquias e as associações de defesa do património desempenhar um papel relevante. Todavia, em qualquer dos casos, será da maior conveniência recorrer a arqueólogos industriais ou, no mínimo, a pessoas sensibilizadas para as questões do património industrial e com certa preparação em tal domínio.

O acelerado desenvolvimento tecnológico a que assistimos e que, muito provavelmente, caracterizará a transição do nosso século para o século XXI, além dos seus incontestáveis aspectos positivos, contribui igualmente para a eliminação rápida de importantes elementos do património cultural. Já não são apenas saberes ancestrais de artesão que se tornam cada vez mais difíceis de encontrar. São também monumentos característicos de todo um evoluir da civilização industrial, durante as últimas duas centúrias. Não se podendo, obviamente, preservar tudo, há que seleccionar o mais significativo, adoptando, para o efeito, critérios diversos (históricos, estéticos, financeiros e tecnológicos).

De acordo com o já referido, quanto às recentes tendências da arqueologia industrial, não se podem esquecer, além dos vestígios materiais propriamente ditos, os factores humanos e sociais. Daí que seja necessário preservar e transmitir aos vindouros a arte e a técnica de certas profissões, esse *saber-fazer* ⁽¹²⁾ que tem permitido

(12) «Par savoir-faire on entend l'ensemble des connaissances et des savoirs humains qui permettent à la fois la mise en oeuvre du couple outil-matière, le déroulement des chaînes opératoires et l'obtention d'un résultat proche de celui désiré» (Noelle Chamoux, Marie-Ange Grandjean, «Verre et savoir-faire en Lorraine. Une première approche», *Terrain* [Paris], 11, 1988, p. 93).

executar não só objectos de uso comum, da maior utilidade, como autênticas obras de arte, muitas das quais já conquistaram o seu lugar em alguns museus. Atente-se, por exemplo, no vidro, na cerâmica, na têxtil e nas artes gráficas, ou ainda nos trabalhos em metal, pedra ou madeira. Numa altura em que tanto se fala em *capital humano* e na premente necessidade de investir em *recursos humanos*, a arqueologia industrial não se pode limitar ao estudo, inventariação e preservação de um património que, entre nós, ainda é valioso. Deve contribuir para fomentare apoiar o ensino-aprendizagem de certas profissões, antes que seja demasiado tarde. Por cada actividade tradicional que desaparece, é o património cultural — pertença, afinal, de todos nós — que fica mais pobre e amputado de uma das suas partes integrantes. As iniciativas já tomadas em alguns países ⁽¹³⁾ — e, embora esporadicamente, também em Portugal—devem ser incrementadas, a fim de se poder aproveitar, não só económica como culturalmente, a excepcional mestria de muitos artífices, adquirida ao longo de vidas inteiramente dedicadas a determinadas «artes».

Quanto ao *património industrial* (material) propriamente dito — com o qual a arqueologia industrial mais directamente se relaciona—, merecem ser realçadas duas estratégias, aliás complementares. Uma reporta-se à preservação, *situ*, dos vestígios de monumentos que mereçam ser salvaguardados e valorizados. Acrescente-se todavia que, diferentemente do que até há pouco costumava fazer-se no âmbito da etnologia ⁽¹⁴⁾, não se deve prestar atenção apenas ao monumento artesanal. Com efeito, tal como o moinho tradicional—hidráulico ou eólico —, com o seu enquadra-

⁽¹³⁾ Cfr. o trabalho citado na nota 12. Em certos casos, a reabilitação de actividades artesanais efectua-se nos próprios museus, como sucede no «Blists Hill-Open Air Museum» (Ironbridge, Grã-Bretanha). Entre outras, praticam-se ali as seguintes actividades artesanais: padaria, serralharia, fundição, velas de cera e artes gráficas.

⁽¹⁴⁾ Disse até há pouco porque, em alguns casos, *etnologia* e *arqueologia industrial* começam a dar-se as mãos, empenhando-se em projectos e tarefas conjuntas. Por exemplo, em França, como se pode verificar pelos interessantes trabalhos publicados na revista *TERRAIN*, editada pelo Ministère de la Culture et de la Communication - Direction du Patrimoine (o n.º 12 data de 1989).

mento (estruturas, acessos e sistemas de abastecimento de água), explorações mineiras, antigas fábricas e oficinas, máquinas já anquilosadas, pequenas centrais eléctricas — características da geração anterior às que actualmente se encontram a operar —, electrodomésticos de vários tipos e épocas, mercados de estrutura em ferro, pontes de vários tipos, bem como arquivos, fotografias ou postais ilustrados constituem documentos/monumentos do maior significado, em termos de identidade e de património cultural.

Muitos dos referidos monumentos revestem-se de um significado histórico-cultural que muito reforça o seu valor intrínseco. A antiguidade, a qualidade do produto ou serviço, o tipo de inovação eventualmente introduzido, o significado para a população da respectiva localidade — o qual, frequentemente, se encontra bem vivo na memória e no respectivo imaginário—são elementos a que é necessário atender. Entre muitos outros, podem apontar-se os seguintes exemplos: a Cerâmica Antiga, Lda., a Central termo-eléctrica dos Serviços Municipalizados, a ex-central elevatória do Parque Dr. Manuel Braga e as Fábricas de Lanifícios e de Sabões de Santa Clara (em Coimbra); os moinhos de vento, os fornos de cal e o artesanato dos palitos, na zona de Penacova-Lorvão ⁽¹⁵⁾; o Mercado e o complexo do Cabo Mondego, na Figueira da Foz; os moinhos de Condeixa, as termas da Arrifana e da Amieira, nos concelhos de Condeixa e de Soure, respectivamente; as pequenas centrais hidroeléctricas da Lousã e de Monte Redondo (Góis); entre outras, a Real Fábrica de Lanifícios, na Covilhã; a Central Tejo e a Estação Elevatória dos Barbadinhos (actual Museu da Água, Manuel da Maia), em Lisboa.

Uma segunda estratégia a adoptar, quando a destruição se toma iminente — por acção do tempo ou da incúria/vontade humana —, consiste na musealização de determinados monumentos (sítios

⁽¹⁵⁾ Ao referido património se referiu recentemente Mário Nunes, «Penacova e seu património natural e cultural. Grutas, moinhos de vento, fornos de cal», *Revista de Arqueologia*, vol. 1, n.º 1, de 08.04.1990, pp. 2 e 6.

ou mesmo conjuntos) ⁽¹⁶⁾ ou na transposição para museus, existentes ou a criar, de material digno de preservação. Uma rede de museus, adaptada às concepções da *nova museologia*, assim como à nova perspectiva de património cultural, deverá integrar, simultaneamente com os grandes museus nacionais, outros de natureza regional ou local. Por outro lado, os museus tradicionais — frequentemente organizados segundo uma concepção de história tradicional — já não esgotam a realidade, nem tão-pouco dão resposta a todas as solicitações. Assim, cada vez se impõe mais a necessidade de instalar novos museus e ecomuseus, de carácter mais ou menos geral ou especializado, consoante as características do respectivo meio. Daí a criação, cada vez mais frequente, de museus da ciência e da indústria, da técnica, dos transportes e comunicações, da agricultura, do trabalho, das minas ou dos diversos ramos artesanais e industriais. Entre outros, permita-se que evoque aqui os casos, aliás, bem conseguidos — não só em termos museológicos como didácticos — dos seguintes: Museu do Caminho-de-Ferro, em Madrid, Iorque (Grã-Bretanha) e Rio de Janeiro; Museus da Ciência e Indústria, em Birmingham, Manchester (Grã-Bretanha) e Chicago (Estados Unidos da América); Museu do Trabalho, na Steyr (Áustria). Como já se escreveu, a propósito de um museu agrícola e industrial, mas que se aplica igualmente aos outros tipos de museus anteriormente referidos: «O museu [...] é um emissor e um receptor. Ele capta, mediatiza, difunde. Ele é também, e talvez de maneira privilegiada, *ques do futuro*, para retomar a expressão de Alvin Toffler (1971), e torna-se um lugar permanente para reforçar as faculdades de adaptação do indivíduo» ⁽¹⁷⁾.

⁽¹⁶⁾ Sobre a definição de monumento, conjunto e sítio, ver a Lei n.º 13/85 (cfr. *supra*, nota 1).

⁽¹⁷⁾ «Etre ou ne pas être... ethnologue?», *Terrain*, 11,1988, p. 144.

4. A problemática do financiamento: custos ou investimentos?

A problemática do *património cultural*, não sendo de natureza essencialmente económica — dado que a cultura, como se sabe, não tem preço —, também não pode ser convenientemente solucionada sem que a vertente económica — custos/investimentos — — se japerspectivada. Já se vai tornando de uso comum a expressão *indústria da cultura*, embora nem todos a considerem feliz. Contudo, e independentemente da expressão a utilizar, o certo é que o estudo, inventariação e divulgação, assim como a própria salvaguarda exigem, em certos casos, elevadas somas, sem as quais pouco se poderá fazer.

Mesmo tendo em linha de conta a diversidade de monumentos industriais já preservados e, conseqüentemente, a experiência acumulada, não existem regras de carácter geral, podendo até dizer-se que cada qual constitui um caso específico. De qualquer modo, há algumas tendências cujo conhecimento poderá revelar-se de interesse, pelo menos em ordem a estimular a imaginação e, por meio desta, a encontrar novas e adequadas soluções.

Uma dessas tendências respeita à *reutilização* (à mesma finalidade) ou à *reconversão* (a novas finalidades) do monumento industrial a preservar. A manutenção de estruturas ou tecnologias desactivadas, além de se tratar de um processo excepcionalmente oneroso, revela-se pouco eficaz, pelo menos a médio e longo prazo. É do senso comum que a não utilização contribui para uma acelerada degradação. Dadas as dificuldades em reutilizar, mantendo as funções inicialmente exercidas, o mais comum é enveredar-se pela reconversão a funções diversas das iniciais. Assim, uma antiga fábrica pode transformar-se numa das seguintes instituições: museu, biblioteca, arquivo, auditório, galeria de arte ou centro (cultural ou mesmo desportivo) polivalente. Alguns casos de reconversão podem ser mencionados, embora com dinâmicas e êxitos diferentes: Fábrica de Lanifícios de Santa Clara, instalada (1888) no antigo Convento de S. Francisco

e cujas instalações, em nossos dias, voltam a lançar novo desafio à autarquia e à população conimbricenses; Museu dos Transportes Urbanos de Coimbra, instalado na antiga oficina dos eléctricos; "Centro Operário Marinhense", numa antiga fábrica de vidros da Marinha Grande (esperando-se solução análoga para o futuro museu do vidro, a instalar na mesma cidade); a Universidade da Beira Interior e Museu de Lanifícios da Covilhã (em fase de instalação), na Real Fábrica de Lanifícios pombalina, daquela cidade; o já referido Museu da Água, Manuel da Maia, na central elevatória dos Barbadinhos e o Museu da Electricidade, na Central Tejo, em Lisboa. Também no estrangeiro se conhecem interessantes exemplos, entre os quais se contam um museu agrícola e industrial, instalado numa antiga fábrica de açúcar em França ⁽¹⁸⁾, e o notável Centro Cultural de Pompeia, em S. Paulo (Brasil), instalado numa fábrica dos anos trinta, ou ainda o importante Centro Cultural do Rio de Janeiro (inaugurado em Outubro de 1989), na ex-agência do Banco do Brasil, na conhecida Praça 15.

Nem sempre será possível adaptar antigas estruturas ao funcionamento de instituições eminentemente culturais. Caso essa adaptação se torne inexequível, poderão viabilizar-se outras soluções, relacionadas com o turismo, a indústria hoteleira/restauração, o comércio ou o aproveitamento de tempos livres (por exemplo, através do cinema ou do teatro). Actualmente, admite-se não haver incompatibilidade entre a actividade empresarial e a cultura, desde que se definam as regras adequadas e que se consiga a colaboração entre agentes privados e as autarquias ou o Estado. A própria lei do mecenato aponta nesse sentido ⁽¹⁹⁾. Obviamente que, em tais circunstâncias, não admira que os empresários possam querer rendibilizar os investimentos efectuados, havendo como contrapartida a salvaguarda e a fruição de determinado monumento

⁽¹⁸⁾ Mais precisamente na ilha açucareira de Stella Matutina, região de Points Relais (cfr. trabalho citado na nota 17).

⁽¹⁹⁾ Decreto-Lei n.º 258/86, de 28 de Agosto (*Diário da República*, I série, n.º 197, de 28.8.1986).

industrial (fábrica, veículo, circuito turístico, etc.) (20). No que se reporta ao turismo propriamente dito, o património industrial constitui um extraordinário filão, ainda praticamente inexplorado entre nós. Os nossos guias turísticos, prospectos, cartas geográfico-turísticas e demais material informativo, os técnicos de turismo (guias-intérpretes, quadros e gestores) e os próprios circuitos continuam profundamente marcados pela concepção tradicional de património cultural, a qual, como vimos já, apenas inclui uma parte deste. Impõe-se rever, o mais rapidamente possível, toda a política relacionada com o turismo, valorizando e ampliando a componente cultural deste, com a introdução de novos elementos. Como se tem verificado noutros países (Grã-Bretanha, França, Itália, Estados Unidos, entre outros), há uma grande procura de novas vertentes, de índole científica, tecnológica, industrial, artesanal e agrícola ou ainda de elementos relativos ao quotidiano, ao trabalho ou à vida privada. A utilização de antigos veículos (comboios movidos por máquinas a vapor, eléctricos, automóveis ou camionetas) poderá introduzir nos circuitos uma componente histórica - e simultaneamente atractiva - - muito apreciada.

Finalmente, o património industrial e a arqueologia industrial deverão passar a ocupar lugar mais relevante no processo educativo. Dada a proximidade e acessibilidade daquele tipo de património — praticamente disponível na área de todas as escolas —, compete às diversas entidades (Governo, autarquias, associações, estabelecimentos de ensino, investigadores, professores, alunos e população em geral), contribuírem para o seu estudo, divulgação e salvaguarda. Com efeito, trata-se como que de um «grande laboratório», no qual deverão ter lugar uma espécie de aulas práticas de diversas disciplinas, com o que muito beneficiará o processo ensino-aprendizagem, aliás de acordo com a Lei de

*n*Sobre reutilização ver, entre outros trabalhos, *Patrimoine Architectural. Les Cahiers de la Réutilisation*, n.º especial, Março, 1985.

Bases do Sistema Educativo (2¹). Assim, contribuir-se-á igualmente para aproximar as «duas culturas» — científica e humanística —, e bem assim, para formar cidadãos mais conscientes e receptivos às inovações e transformações que, certamente em ritmo cada vez mais acelerado, ocorrerão no futuro.

JOSÉ M. AMADO MENDES

²¹) Atente-se, por exemplo, nos seguintes princípios organizativos: "Desenvolver a capacidade para o trabalho e proporcionar, com base numa sólida formação geral, uma formação específica para a ocupação de um justo lugar na vida activa que permita ao indivíduo prestar o seu contributo ao progresso da sociedade em consonância com os seus interesses, capacidades e vocação»; [...] «Descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e acções educativas, de modo a proporcionar uma correcta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes» (Eurico Lemos Pires, *Lei de Bases do Sistema Educativo. Apresentação e comentários*, Porto, Ed. Asa, 1987, p. 111).